

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: OS RUMOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Autora: Zildene Megda de Sousa¹
Coautora: Margarete Fatima de Oliveira Zampiere²
Coautora: Reive Guedes Maciel³
Coautora: Andrea do Espirito Santo e Moreira⁴
Orientadora: Ana Maria de Lima Falqueiro⁵

UDE – Universidad de La Empresa

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar e discutir de forma crítica como se deu historicamente o atendimento à crianças, seus progressos e retrocessos em nível Brasil.

Com o olhar voltado para a compreensão do passado se torna possível atuar de forma dinâmica frente aos desafios da sociedade atual.

Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico e legal tomando por base o método histórico que aborda, em primeiro plano, como o conceito de infância foi construído historicamente. É importante ressaltar que a atenção à infância no Brasil foi, nos primórdios, reflexo da atenção dada as crianças da Europa onde se originaram as primeiras instituições de atendimento a criança no mundo. E sucessivamente surgiram as escolas infantis no Brasil que sofreram, no decorrer dos tempos, diversas mudanças desde o assistencialismo, a custódia e a privação social até a função educativa e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil.

O estudo indicou constatações de que houve um grande avanço da legislação quando a sociedade reconheceu histórica e politicamente a criança como cidadã, como sujeitos de direitos inclusive de educação de qualidade desde o nascimento. Foram abordados: A Constituição Federal

-
- 1 Universidad de La Empresa. E-mail zilcampaneli@bol.com.br
 - 2 Universidad de La Empresa. E-mail guete.zampieri1@gmail.com
 - 3 Universidad de La Empresa. reiveguedes@bol.com.br
 - 4 Universidad de La Empresa. andreaemoreira@globo.com
 - 5 Mestre em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo



de 1988, os movimentos sociais e políticos na direção de democratizar o direito do acesso à Escola a todas as crianças de zero à cinco anos de idade, as contribuições de estudiosos como Rosseau, Pestalozzi (1782), Froebel (1782) e Decroly (1871) que apontaram caminhos entre as relações de Concepção de Infância presentes em cada época e a criação das Instituições Educativas a fim de atender a demanda de crianças por motivos adversos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 2006 que assegurou o direito de crianças de 0 a 6 anos a serem atendidas em creche e Pré-Escolas, a Emenda Constitucional 053/2006 que definiu a Educação Infantil como etapa voltada para o atendimento das crianças de zero à cinco anos e a Emenda Constitucional 059/2009 que tornou obrigatório o acesso à escola para todas as crianças a partir de 4 anos de idade. Por fim os estudos para implementação do Currículo para a Educação Infantil através da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) da Educação Infantil bem como as Políticas Educacionais voltadas para a Infância no Brasil.

Palavras-chave: Educação Infantil; Política Educacional; Infância no Brasil; História da Educação.



Introdução:

O artigo é resultado de uma pesquisa de cunho bibliográfico e legal, desenvolvido com o objetivo de ampliar os conhecimentos sobre a trajetória histórica do atendimento a crianças.

O texto foi dividido em três partes: a primeira trata de quando a educação da criança era responsabilidade exclusiva da família participando das tradições culturais e aprendendo normas e regra da cultura. Traz, para o contexto das discussões, teóricos que contribuíram para a construção do conceito de infância ao longo da História bem como a primeira regulamentação legal da oferta da educação infantil em escolas oficiais de Ensino pelo Estado.

Vale ressaltar que o filósofo francês Jean Jacques Rousseau do século XVIII destacou em seu estudos aspectos sobre as transformações que o conceito de infância foi sofrendo ao longo do tempo. O pensamento de Rousseau foi um marco na pedagogia atual pois o autor já em sua obra “O Emílio” tratava a educação das crianças enfatizando a importância da valorização dessa fase da vida, considerando a criança com um sujeito singular e a infância como um período único e necessário ao desenvolvimento humano.

Philippe Áries em (1975) também defendeu que a infância era uma etapa social construída histórica e criticamente. Apontou em seus estudos que o limite entre a infância e a idade adulta não existia na sociedade medieval onde os ensinamentos eram pautados na oralidade e adultos e crianças compartilhavam os mesmos espaços, os mesmos jogos e brincadeiras e assim as crianças tinham acesso a praticamente todas as formas de comportamento comum à cultura se tornando adultos em miniatura. Consolidam-se assim as relações entre a concepção de infância e a criação das Instituições Escolares.

Na segunda parte o estudo descreve um panorama histórico e político de como foram criadas e expandidas no Brasil as escolas voltadas ao atendimento da criança pequena.

Desde 1988, com a Constituição Federal e sua ratificação pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e posteriormente em 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a educação infantil foi definida como primeira etapa da Educação Básica.

Estudiosos da infância como Kramer (1995), Postmann (1999), Heywood (2004), Kuhlmann (2007), compartilham da ideia de que a concepção de infância que permeia a sociedade atual é uma construção histórica e social e impede desvencilhar conceitos como criança e infância instalando tais conceitos como interconectados e intercontextualizados

definidos por Políticas Educacionais diferenciadas historicamente desde o cuidado, a custódia e a privação cultural até o ensino de cunho pedagógico que permeiam as escolas que temos até hoje.

Na terceira parte o estudo aponta os avanços e os retrocessos no cenário atual da Educação Infantil no Brasil.

Este estudo justifica-se porque, apesar dos inúmeros avanços científicos, tecnológicos e legais no que diz respeito ao direito da criança à educação de qualidade desde o nascimento, a realidade anuncia avanços no sentido de tratar a criança como um sujeito singular e como um ser biopsicossocial, tratado em sua integridade, mas ao mesmo tempo denúncia em grande descompasso entre o discurso legal e o cotidiano eminente de muitas escolas infantis.

Processo histórico social da educação infantil no Brasil.

Durante muito tempo entre os séculos XVII e XVIII a educação da criança foi considerada uma competência unicamente familiar. Com a convivência familiar as crianças aprendiam a se tornar membro deste grupo, a realizar tarefas que eram necessárias para sua sobrevivência e a participar de tradições culturais.

Diante dos estudos apresentados pelo pensamento revolucionário de Rousseau (1772-1778) que apontou a criança como ser pensante, com ideias próprias imbricando a visão da criança como adulto em miniatura trazendo também a concepção e o conceito de infância historicamente construído. As concepções de Rousseau permearam estudos como o de Pestalozzi (1746-1827) que desenvolveu a teoria dos três estados: natural, social e moral e adaptava o método de ensino ao nível de desenvolvimento dos alunos e os de seu discípulo Froebel (1782-1852), que ampliou suas ideias e criou o “Kindergarten”, uma espécie de jardim de infância que tinha por objetivo dar total liberdade às crianças no processo de aprendizagem, porém oferecida apenas aos mais abastados.

No final do século XIX e início do século XX, um novo conceito de infância foi surgindo. Já não se reforçava a ideia de educação de crianças no seio da família, na convivência familiar, mas sim em instituições próprias de ensino orientadas por médicos e sanitaristas. Assim, dois médicos contribuíram para a sistematização de atividades e o uso de materiais próprios para o trabalho com crianças com necessidades especiais: Um deles foi Decroly (1871-1932) e Maria Montessori (1879-1952) adequando métodos e recursos pedagógicos a faixa etária da criança, considerando seu processo de conceber o conteúdo pedagogicamente pensado, adequando inclusive os mobiliários.

Na psicologia, estudiosos como Jean Piaget (1896-1980) apresentou uma nova concepção de construção de conhecimento pelas crianças e desenvolvimento da inteligência.

Na opinião de Piaget (1996), o desenvolvimento da inteligência e a construção do conhecimento – processos indissociáveis – são o resultado da atividade biológica dos indivíduos e sua capacidade de adaptação ao meio circundante. A construção da inteligência segue trajetória idêntica àquela que



permite aos seres vivos manterem o equilíbrio com o seu meio e sobreviverem.

Levy Vygotsky (1896-1934) com seus estudos complementou a visão de Jean Piaget falando sobre a importância das relações sociais para a maturação do indivíduo e conseqüentemente para o aprender

[...] aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário. Essas funções poderiam ser chamadas de “brotos” ou “flores” do desenvolvimento, ao invés de frutos do desenvolvimento. O nível de desenvolvimento real caracteriza o desenvolvimento mental retrospectivamente, enquanto a zona de desenvolvimento proximal caracteriza o desenvolvimento mental prospectivamente (VYGOTSKY, 2001, p. 97).

Wallon (1879-1962) voltou seus estudos para as crianças pequenas e buscou novas formas de compreender e promover o desenvolvimento das crianças a partir do nascimento.

Wallon explica que o pensamento infantil tem características particulares, diferentes das do adulto. A principal delas é o pensamento por meio de pares complementares. A criança não consegue explicar um objeto sem relacioná-lo a outro. Quando questionada, combina diferentes referências e apresenta uma resposta. (WALLON, 1947, p. 64)

Após a Primeira Guerra Mundial surgiu a Escola Nova pela necessidade de atender as peculiaridades da infância e em 1959 a ONU promulgou, em decorrência da Declaração dos Direitos Humanos, uma infância que faz parte da atualidade: a criança como sujeito de direitos.

Em 1996 a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) sistematiza a educação infantil como primeira etapa da Educação Básica e deve ser oferecida em Creches e Pré-Escolas para as crianças até cinco anos, como disposta pela Emenda Constitucional de 2006. Desde 2009, com a Emenda Constitucional de 59/2009 a educação básica obrigatória e gratuita deixou de ser apenas a partir do Ensino Fundamental e passou a ser de todos os níveis

de escolaridade, para aqueles com idade entre quatro e dezessete anos. Com isso a educação infantil passou a ser obrigatória na etapa da Pré-Escola.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), resolução CNE/CEB nº 5/2009 em seu artigo 4º, definem a criança como

“Sujeito histórico e de direitos, que nas interações de relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”.

(BRASIL, 2009).

Ainda de acordo com as DCNEI, em seu artigo 9º,

“os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são as interações e as brincadeiras, vivências nas quais as crianças se apropriam dos conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e os adultos, possibilitando aprendizagem, desenvolvimento e socialização”. E “servir de instrumento para a capacitação de professores” (MEC/SEF/DPE,2000).

A partir de seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento que são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. As crianças aprendem por meio de situações que possibilitam desempenhar um papel ativo nas vivências desafiantes e sentirem provocadas a resolvê-las, construindo significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

Essa concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos, assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo, mas sim impõe a necessidade de embutir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil tanto na creche como na pré-escola, promovendo o pleno desenvolvimento da criança e as competências destinadas a Educação Infantil.

Isso se reflete na necessidade de implementação das Políticas Públicas de Educação Infantil, a fim de promover a Universalização de atendimento para as crianças de 4 e 5 anos assim como na necessidade de Implementação de uma Base Nacional Curricular (BNCC) da Educação Infantil visando estabelecer critérios comuns de Atendimento, Credenciamento e Propostas de Aprendizagens. “Segundo a BNCC, as competências gerais “explicitam o compromisso da educação brasileira com a formação humana integral e com a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BNCC, 2017).

Assim, um importante passo dado neste processo foi a integração da educação infantil ao conjunto da Educação Básica, sendo o fundamento do Processo Educacional, com base na concepção de educar e cuidar acolhendo as vivências e os conhecimentos construídos no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, articulando-as em suas propostas pedagógicas com o objetivo de explorar o campo das experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, ampliando e consolidando novas aprendizagens, complementando assim a Educação Familiar.

No entanto, apesar de todos esses avanços legais e pautados em concepções pedagógicas historicamente construídas, as situações presentes nas escolas atuais apontam um distanciamento entre a teoria e a prática, dentre eles salas superlotadas a fim de atender a demanda, mobiliários inadequados e práticas pedagógicas que refletem o histórico escolar vivenciado pelo professor, conseqüentemente inadequado.

Assim, a função dos profissionais da Educação deve passar por algumas reformulações para acompanhar as mudanças nos rumos da Educação Infantil: uma constante atualização em serviço através da Formação Continuada pois o professor passa de um transmissor e detentor do saber para um mediador entre as crianças e o mundo sem pular etapas de aprendizagens. O investimento em políticas públicas devem também ser acentuados bem como a valorização dos profissionais que atuam na base da Educação Básica que é a Educação Infantil.

Conclusão:

A infância é algo que se constrói permanentemente. Ela se modifica de acordo com a Cultura onde está inserida e mudou muito durante todo o processo histórico do Brasil. Ela deixou de ser objeto apenas dos cuidados maternos e paternos e passou a ser objeto dos deveres públicos. Por isso esse aumento de Políticas Públicas voltadas para a infância.

Atualmente a criança é vista como um ser com identidade própria, como um sujeito de direitos desde o nascimento, um cidadão impactante na sociedade. Mas não foi sempre assim: antigamente as crianças viviam a margem da família e da sociedade.

Os profissionais da Infância, os Educadores em geral, devem ter consciência da importância do seu trabalho enquanto função social, principalmente na inserção da criança no mundo social

A Unidade Escolar não pode ser apenas um lugar de cuidados básicos de higiene e boas condutas, nem um curso preparatório para o ingresso no Ensino Fundamental mas sim um lugar de mediação entre a criança e o mundo, com propostas diretamente voltadas para a criança tal como ela é. E o professor, tem a função primordial de mediar esse processo. A família passa a ser coparticipante do processo de Ensino-Aprendizagem.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** . de 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394 . **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**. de 26 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 8.069 . **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. de 13 de julho de 1990.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

Política nacional de educação infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília, MEC, SEB, 2006.

Ministério da educação. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília MEC/SEF,2009

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense,1996.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio ou da educação**. São Paulo: Martins fontes, 1995.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução Paulo Bezerra Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Psicologia).